



**ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
EDUCAÇÃO DE ITATIBA (CMEI)  
BIÊNIO 2016/2017**

1 Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis, às oito horas e  
2 trinta minutos, na Sala de Reuniões da Estação Ciências/Planetário, localizada  
3 no Parque Ferraz Costa – s/nº, Itatiba/SP, reuniu-se o Conselho Municipal de  
4 Educação, em sessão ordinária, presidida pela Presidente, Profa Maria de  
5 Fatima Silveira Polesi Lukjanenko. Estiveram presentes os seguintes  
6 conselheiros: Luciana Bortoletto Rela, Camila Polo da Nóbrega Nardin, Luciane  
7 Antonia Barreto Pinheiro, Thiago de Arruda Esper, Silvana de Cássia Fassina  
8 Pallini, Maria de Fatima Silveira Polesi Lukjanenko, Claudia Cristina Leardini  
9 Grillo, José Luis Poli, Vilson Polli, Luis Carlos Nascimento, Joaquim Cassimiro  
10 da Silva, Elisabeth Fascina. Como convidadas, compareceram as supervisoras  
11 Adriana Aparecida de Oliveira Gomes da Silva, Marilsa Camilo da Silva, Vera  
12 Lúcia Máximo da Silva, Maria Elisabeth Tafarello Alves de Siqueira e a  
13 professora Selene Coletti. A Conselheira Ana Paula de Freitas e Daniela  
14 Cristina Mazieiro justificaram a ausência. A reunião foi iniciada com as  
15 saudações, aos conselheiros, professora e supervisoras convidadas, pela  
16 Presidente. Após a verificação do quórum, a Senhora Presidente declarou  
17 aberta a sessão. A reunião ordinária foi iniciada com uma homenagem a  
18 professora Selene Coletti, que em outubro recebeu o prêmio de professora  
19 nota 10. Com o tema “Na educação de qualidade todos aprendem juntos”, o  
20 Prêmio é uma iniciativa da Rede Globo e do Grupo Abril, organizado pela  
21 Fundação Victor Civita em parceria com a Fundação Roberto Marinho, com  
22 apoio da Associação Nova Escola e patrocínio da Fundação Lemann e Somos  
23 Educação. A senhora Presidente elogiou a professora Selene dizendo que é  
24 uma professora que sempre busca conhecimentos e aprimoramento de sua  
25 prática educativa e que vem contribuindo há anos para a educação de  
26 itatibenses, na educação infantil na CEMEI Curió e na EMEB Cel Francisco  
27 Rodrigues Barbosa. A professora Selene contou sobre o projeto que realizou  
28 com as crianças e também um pouco do que viveu nos dias em que participou  
29 das atividades que antecederam a entrega do prêmio. De acordo com o relato,  
30 a professora estudou com seus alunos de 1º ano a localização de pessoas ou  
31 objetos no espaço, com base em diferentes pontos de referência e algumas  
32 indicações de posição. Para isso, os alunos participaram de jogos de percursos  
33 e construíram um mapa do tesouro. O projeto foi intitulado “Mapas do tesouro  
34 que são um tesouro”. O vice presidente entregou um diploma de mérito  
35 docente à professora Selene. Após a homenagem a reunião continuou com a  
36 leitura da Ata da quarta Reunião Extraordinária que ocorreu no dia 01 de  
37 novembro, a qual foi colocada em votação e aprovada pelos presentes. Após,  
38 foram apresentados alguns informes gerais tendo como primeiro informe as  
39 publicações da SEED que estão disponíveis no site da prefeitura do município.

40 O segundo informe foi a divulgação da Casa dos Conselhos que foi inaugurada  
41 no dia vinte e nove de novembro. Este novo espaço que abrigará os Conselhos  
42 Municipais, conta com salas para arquivar toda a documentação e espaço para  
43 reuniões. Em continuidade, foi iniciada a ordem do dia de acordo com a pauta.  
44 A ata da última reunião foi lida e aprovada por todos os presentes. A  
45 Presidente Fátima relatou sobre a matéria que foi publicada no Jornal de Itatiba  
46 sobre sua posição enquanto Secretária da Educação sobre a Lei do Sistema. O  
47 conselheiro Thiago relatou que procurou um vereador para apresentar as  
48 alterações necessárias na Lei 4960/2016, porém percebeu que não havia  
49 interesse em fazê-la neste momento. A professora Fátima mencionou que, por  
50 questões políticas, o chefe do Executivo talvez não encaminhe o projeto de lei  
51 com as alterações. O conselheiro José Luis Poli comentou que o Conselho  
52 Municipal fez o correto, tentando alertar os poderes legislativo e executivo  
53 acerca das consequências que a Lei em vigor trará para o Município, ele  
54 afirmou que a redação da Lei 4.960/16 foi falha em seu artigo 34, quando não  
55 previu um tempo de adaptação para que a Lei entrasse em vigor. A conselheira  
56 supervisora Camila relatou que as Supervisoras de Ensino estavam  
57 aguardando as tratativas do Conselho Municipal para poder orientar as escolas  
58 quanto aos procedimentos de avaliação, que implicam em possibilidade de  
59 reprovação para alunos do Ensino Fundamental II, com a nova Lei em vigor. A  
60 Conselheira Silvana relatou que alguns diretores de escola, defendem a  
61 aplicação da Lei neste ano, mesmo as regras tendo sido alteradas no final do  
62 ano e sem aviso prévio aos pais. A supervisora Elizabeth comentou sobre os  
63 problemas que a Lei causará na Rede de Ensino, especialmente neste  
64 momento de final de ano, sem que os pais tenham sido avisados com  
65 antecedência sobre as reprovadas no 6º e 8º. O conselheiro Thiago explicou que  
66 tem conversado com diversos professores, tentando explicar que não seria o  
67 melhor a reprova nesta altura do ano e tem solicitado que reflitam, pois eles  
68 terão que apresentar as razões aos pais, os quais podem não estar esperando  
69 a reprova do filho, por não fazer parte do processo de avaliação até setembro  
70 deste ano. O Conselheiro José Luis Poli sugeriu, como última tentativa, que  
71 alguns membros do Conselho Municipal conversem novamente com o prefeito  
72 eleito Srº Douglas Augusto Pinheiro Oliveira, para mostrar os impactos da Lei,  
73 na esperança de que ele, enquanto vereador, possa se posicionar para que a  
74 Lei não entre em vigor nesse ano. A supervisora Marilsa, falou que as  
75 supervisoras aguardam as decisões o mais breve possível para orientar as  
76 escolas, afirmando que, se a Lei não for alterada, as escolas serão orientadas  
77 com base nela. Ela relata ainda sua preocupação com os alunos que vindos da  
78 escola privada para a escola pública, pois a demanda em algumas unidades  
79 pode aumentar e com a nova Lei será muito difícil atendê-los, devido ao  
80 número reduzido de alunos por turma. A Profa. Fatima propôs preparar um  
81 texto informativo sobre o que aconteceu com a Lei do Sistema para  
82 encaminhar às escolas, sugerindo às supervisoras que preparem uma reflexão  
83 sobre o processo avaliativo e acompanhem caso-a-caso a reprovação nas  
84 escolas. A Profa. Fátima ainda ressaltou a necessidade de o CME deixar o  
85 novo projeto de Lei com o prefeito eleito para que, na hipótese de não  
86 alteração em 2016, o Sr. Douglas possa dar o encaminhamento, se assim  
87 julgar adequado, para o início de 2017. O vice presidente do Conselho, Prof.

88 José Luis Poli fez a leitura do processo que trata da aprovação do Projeto  
89 Político Pedagógico da Educação Municipal (PPPEM) e emitiu seu parecer  
90 favorável, destacando que o documento expõe as diretrizes, ações, e  
91 propostas para o município consolidar a educação como um direito de todos.  
92 Antes de colocar o parecer em votação a professora Fátima retomou a  
93 trajetória da preparação desse documento, lembrando inclusive que diversas  
94 vezes passou pelo CME em forma de informes ou de apresentações. Lembrou  
95 que a dimensão histórica foi apresentada pela professora Convidada Carina  
96 Piovani Moura na reunião de 26 de outubro e assim foi mostrando na tela o  
97 documento Projeto Político Pedagógico da Educação Municipal, o qual foi  
98 sendo elaborado e vivenciado ao longo dos últimos anos e agora está pronto,  
99 apesar de permanecer aberto a novas atualizações. O professor Poli  
100 comentou sobre os movimentos de elaboração de projetos de suas Instituições  
101 de Ensino Superior (IES), sempre contando com a participação de quem faz a  
102 educação, disse que essa prática esteve muito presente na construção do  
103 Plano Municipal de Educação, que ele participou de perto. No caso do PPPEM  
104 em discussão ressaltou, como importante, o fato de o processo de construção  
105 dessa política municipal registrar suas bases legais, orientações iniciais,  
106 destacando o currículo escolar como foco escolhido para garantir a  
107 participação dos professores. Ele reforçou que considera relevante ter este  
108 documento para orientar a educação municipal e que, sempre que necessário,  
109 ele possa passar por atualizações consultando as bases e as apreciações do  
110 CME. Colocado em votação o parecer, foi aprovado por unanimidade de votos.  
111 No segundo item da pauta, a supervisora Camila apresentou o parecer sobre o  
112 calendário escolar/2017, considerando os dias letivos, reuniões de Conselho de  
113 Classe para o Fundamental e de Acompanhamento para a Educação Infantil. A  
114 supervisora Camila explicou que os dias previstos para a avaliação municipal  
115 do ensino fundamental foram inseridos após reunião dos supervisores com os  
116 formadores, que se comprometeram a deixar a primeira avaliação de língua  
117 portuguesa e matemática pronta para aplicação. A professora Fatima  
118 perguntou aos conselheiros dos outros segmentos se tinham alguma sugestão  
119 de alteração. Os Conselheiros não trouxeram sugestões de seus pares e  
120 aprovaram por unanimidade o parecer da supervisora. No terceiro item da  
121 pauta a professora Luciana Bortoletto, membro do conselho, apresentou o  
122 documento “Diretrizes para Avaliação do Fundamental II”, que também faz  
123 parte do PPPEM. Ela fez um histórico de como o documento foi construído e  
124 suas estratégias e ações para realizar a avaliação dos alunos. Como último  
125 item da pauta a professora Claudia apresentou a planilha de monitoramento do  
126 Plano Municipal de Educação (PME). A professora contou que a equipe técnica  
127 da secretaria, com o apoio das oficinas de formação sobre o monitoramento do  
128 PME oferecido pelo MEC, realizou o acompanhamento e monitoramento da  
129 primeira meta que diz respeito à universalização da Educação Infantil. Na  
130 oportunidade Claudia apresentou todas as estratégias da primeira meta e as  
131 ações já realizadas. Apresentou ainda, agenda de trabalho do monitoramento  
132 do PME para 2017, destacando que as supervisoras Rita Piffer Neto e Silvia  
133 Bez Soares de Camargo já estão participando das formações do MEC e estão  
134 responsáveis na secretaria de educação por coordenar este importante  
135 trabalho previsto na LEI 4.845/2015. A presidente do Conselho encerrou a

136 reunião e agradeceu a participação dos presentes Para constar, eu, Claudia  
 137 Cristina Leardini Grillo, indicada para secretariar a reunião, lavrei a respectiva  
 138 Ata, a qual, após lida e aprovada, será assinada por todos os participantes.  
 139 Itatiba, 30 de novembro de 2016.

<b>Representante do Poder Executivo Municipal</b>	
Titular: Luciana Bortoletto Rela	
Suplente: Camila Polo da Nóbrega Nardin	
<b>Representantes do Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Ensino</b>	
Titular: Luciane Antonia Barreto Pinheiro	
<b>Representantes da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo</b>	
Titular: Luiz Carlos Nascimento	
<b>Representante dos Professores da Educação Municipal</b>	
Titular: Thiago de Arruda Esper	
<b>Representante dos Professores da Rede de Ensino Estadual</b>	
Titular: Silvana de Cássia Fassina Pallini	
<b>Representante da associação de pais e Alunos do Município</b>	
Suplente: Joaquim Cassimiro da Silva	
<b>Representantes da Secretaria da Educação do Município</b>	
Titular: Maria de Fatima Silveira Polesi Lukjanenko	
Suplente: Claudia Cristina Leardini Grillo	
<b>Representante da Comunidade</b>	
Titular: José Luis Poli	
<b>Representante das Escolas Particulares do Município</b>	
Titular: Vilson Polli	

Suplente: Elisabeth Fascina	
-----------------------------	--